

Masculinidades e heteropatriarcado: considerações sobre a negatividade da identidade masculina

Gustavo Pessoa

Artigos



RESUMO

Este artigo explora as articulações entre as identidades masculinas e o modo como o nosso sistema sócio-político-cultural vigente se estrutura na forma de um heteropatriarcado que demanda a opressão de outras identidades. Nesse sentido, as identidades masculinas se organizam pela negatividade, isto é, configurando-se pela negação de outras identidades. Tal negatividade apresenta, como consequência, uma espécie de mandato para a opressão de populações minorizadas, o que demanda dos homens uma renúncia a este poder como alternativa para que outros processos subjetivadores possam acontecer. A psicologia junguiana oferece uma possibilidade de elaboração estética desses processos por meio de uma análise das imagens, ressaltando a imaginação como competência fundamental para pensarmos outros mundos em que as identidades possam ser superadas e, portanto, o mandato da violência que estrutura as masculinidades possa, enfim, cessar.

Palavras-chave: masculinidades, negatividade, identidade, estética

Quando Pedro Lemebel se afirma como bicha terceiro-mundista, em um momento, ou travesti em outro, algo está em jogo no heteropatriarcado. Por meio de sua única obra publicada, *Poco hombre*, temos uma fresta pela qual, em sua originalidade, Lemebel nega aquilo que tentaram impor sobre *ela* a todo o tempo: a hombridade. Seu Manifesto inicia-se por quatro negativas, as quais ecoam Didier Eribon (2008) quando este, bicha francesa, nos conta que a identidade gay se constitui a partir da ofensa, da injúria e da negatividade. As dissidências da sexualidade se organizam primeiro por aquilo que lhes é retirado, mais claramente sua dignidade como sujeito, para apenas em momento posterior estes corpos poderem se saber o que são. A obra de arte de Lemebel partilha conosco a reflexão sobre sua hombridade:

*Minha hombridade é me aceitar
diferente,*

Ser covarde é bem pior

Eu dou o cu, companheiro

*E essa é a minha vingança
Minha hombridade espera paciente
Os machos ficarem velhos
[...]
Há tantos moleques que vão nascer
Com uma asinha quebrada
E eu quero que eles voem, compan-
heiro
Que a sua revolução
Dê a eles um pedaço de céu vermelho
Para que possam voar.
(LEMEBEL, 2023, pp. 47-48)*

As imagens da cultura têm sido objeto de análise da psicologia profunda de Freud, que não se furtou em explorar possíveis sentidos latentes em obras de arte como *Hamlet* ou o *Moisés* de Michelângelo, a Jung, que tampouco evitou análises de obras literárias e míticas na articulação de suas teorias. A cultura se mostrou para os primeiros psicólogos como um território de legitimação dos processos analíticos observados na escuta individual. Trabalhava-se com uma hipótese de se intuir, a partir da produção cultural, os processos psíquicos subjacentes a uma certa coletividade que vivenciava um determinado processo histórico.

A ideia de que as produções da cultura sob uma análise estética têm algo a revelar do inconsciente também foi proposta por Jung (2013, OC, vol. XV) a partir de uma teoria arquetípica, na qual o autor igualmente identifica que há algo a mais na arte e nas imagens que se apresentam esteticamente, algo que diz respeito, simultaneamente, ao singular do autor e imagens fundamentais que o precedem, as quais serão identificadas como imagens arquetípicas. A psicanálise e a psicologia analítica convergem na formulação de que “[...] aquilo a que nos dá acesso o artista é o lugar do que não pode ser visto – e resta ainda nomeá-lo” (LACAN, 2001, p. 192). Há algo na formalização estética que escapa à nossa possibilidade de torná-la imediatamente compreensível. Em Lacan, admite-se que há algo a mais nas imagens da cultura que se pode escutar do inconsciente para além da autoria.

A estética, aqui, será compreendida como um regime que organiza posições e lugares a partir dos quais são possíveis as impressões e a partilha do sensível, como propôs Rancière (2009). Haveria, para o filósofo francês, um inconsciente estético que nos informa do encontro entre o pensamento com o não-pensamento, a experiência do sensível e a tentativa de racionalização e enquadre de tal experiência que ultrapassa a possibilidade de simbolização como acima apontado. A partilha entre pessoas que ocupam diferentes

lugares assegura que estamos, em certa medida, sempre lidando com uma estético-política, uma vez que a estética nos fala das decisões que as pessoas, em coletividade, tomam a partir dos lugares que ocupam e das impressões que são captadas a partir destas posições.

No cenário brasileiro, as masculinidades foram objeto de debate público a partir de uma fala do presidente que cumpriu seu termo entre 2018 e 2022. Uma de suas frases de repercussão pública se trata da afirmação de que ele era “imorrível, imbrochável e incomível”, uma fala que foi transformada em medalha e dada ao então presidente da Argentina em 2024 (FREITAS, 2024). A sobrevivência da cena de declamação do “imbrochável” mostra a tentativa de produção de uma certa estética dentro do registro do ridículo político, conceito forjado por Tiburi (2020). Para nós, é relevante considerarmos a reiteração da negatividade na identidade masculina estabelecida pelo léxico da negatividade. A escolha de três palavras que são inventadas a partir da negação pelo prefixo de origem latina *in-* evidencia esta gramática do que se constitui pelo que é negado.

Tais encenações recentes reforçam a hipótese trabalhada em Pessoa (2021) de que as imagens de masculino e feminino se prestam à análise dentro de uma perspectiva cultural, atravessadas por um complexo cultural, em contraposição à consideração de que o gênero seria uma categoria arquetípica. Argumentamos que o desejo e a sexualidade certamente nos informam de uma ordem arquetípica da experiência humana, embora os termos “masculino” e “feminino” pareçam melhor se inserir na dinâmica de um complexo heteropatriarcal que se reflete no binarismo como forma de constituição do sujeito. Tal operação será nomeada por Rubin (2017) como um sistema sexo-gênero, e por Butler (2003) como um sistema heterossexual anterior à vivência do complexo de Édipo.

A estética do masculino, exemplificada pela fala do ex-presidente, produz imagens que nos falam continuamente da negatividade. O homem é definido por aquilo que ele não é: imorrível, imbrochável e incomível. A necessidade de inventar palavras, que não é nova na história da humanidade, aponta-nos que mesmo a identidade da categoria que mais goza de privilégios em nossa sociedade, isto é, o homem, ainda precisa de processos de simbolização para que se torne inteligível. É como se persistisse em nós uma pergunta acerca dessa identidade: o que é o homem?

Kimmel (2016) relata em suas pesquisas algumas características comuns aos homens que entrevistou e o que pôde extrair a respeito das respostas. Para o autor, os homens precisam a todo o tempo provar aos outros aquilo que eles não são; de forma mais específica, o homem precisa provar que ele não é homossexual e que ele não é mulher. Decorrem daí três considerações: a necessidade de prova constante, o que aponta para a instabilidade da identidade masculina. Ainda que a instabilidade seja algo atribuído a todas as

identidades, segundo Butler (2003), tal afirmação a respeito dos homens contradiz certa ideia de força e solidez da autoimagem e da autoestima masculinas. Em segundo lugar, vemos a presença da homofobia no discurso masculino que rejeita a associação com traços considerados pertinentes à identidade homossexual. Em terceiro lugar, não menos importante, existe a todo custo a necessidade de se desidentificar como mulher. As categorias aqui do não-idêntico, isto é, das mulheres e dos homossexuais, são evidentemente tomadas por inferiores e necessariamente rejeitadas.

Cabe notar, entretanto, duas outras decorrências dessas características. A necessidade de provação dos homens nos leva a questionar: provar para quem? Tal pergunta é respondida por Kimmel (2016), que nos mostra existir um sistema de competitividade-solidariedade masculina em que é necessário que se prove a um outro sujeito-homem sua masculinidade. O estatuto de sujeito, por óbvio, é concedido apenas aos idênticos, os homens, no que concluímos, portanto, que é necessário aos homens se provarem homens uns aos outros. Eu só posso ser imbrochável na medida em que existem os brocháveis e, assim, invocando a imagem freudiana do pai da horda, temos uma espécie de super-homem com autoridade para liderar a manada. Tal é a imagem no interior de uma estética masculina pautada pela negatividade.

A ideia de um homem superior pode ser encontrada nas pesquisas de Connell (2005), que a levam a cunhar o conceito de uma masculinidade hegemônica. Para a autora, há um ideal de masculino que é perseguido pela maioria dos homens e alcançado por muito poucos, se é que algum. Este ideal de masculinidade fala de uma superpotência masculina, um Eu capaz de performatizar as maiores tarefas e designios. A ideia de hegemonia se sustenta na oposição aos grupos oprimidos, motivo pelo qual Connell (2005) também aponta que um dos ideais da masculinidade hegemônica é distanciar-se dos traços demonstrados pelos homens gays. Em nosso sistema colonial, capitalista, racista e capacitista, entretanto, é razoável notarmos que os homens localizados na periferia do capitalismo, em territórios colonizados, sujeitos ao racismo e ao capacitismo de qualquer ordem, também estarão submetidos a uma inferiorização em relação ao ideal da masculinidade hegemônica. Desse modo, outras masculinidades subalternizadas serão vivenciadas por esses homens. Por esse motivo, Connell (2016) afirma, de forma veemente, a necessidade de falarmos em masculinidades, no plural, sempre que nos referirmos ao termo.

A segunda decorrência nos leva à questão de uma negação determinada na estética do "imorrível, imbrochável e incomível". A negatividade convoca sua oposição, contando-nos que existem os morríveis, os brocháveis e os comíveis. Estes, por não-idênticos, não podem ser os homens. Quem seriam? Teriam os morríveis, brocháveis e comíveis, o mesmo estatuto de sujeito? Aqui, as masculinidades enfrentam uma contradição. Precisam se estabelecer por um mecanismo oposicional, pela fórmula de uma negação determinada, mas também

não podem conferir ao oposto sua condição de simetria. As mulheres e os homossexuais são brocháveis, comíveis e, de forma mais assustadora, são também os morríveis. Tal conclusão não é surpreendente para as pessoas inseridas nessas categorias, embora evidencie a fragilidade da posição política que tais indivíduos ocupam em nossa sociedade.

Em *As estruturas elementares da violência*, Segato (2003) escuta relatos de homens presos por cometerem estupros contra mulheres. Ali, ao realizar uma análise antropológica do discurso, a autora conclui que a violência é estruturante da própria subjetividade masculina. Daí, temos que os sujeitos se inserem num sistema dual que comumente nomeamos como patriarcado ou, como quis Preciado (2020), o heteropatriarcado, que se fundamenta na “[...] segmentação entre alma e corpo, [que] reproduz, na ordem da experiência, a epistemologia binária sexual. Só existem duas opções, masculino e feminino” (Preciado, 2020, p. 23). O masculino, para Segato (2003), se assenta sobre um mandato de violência: o homem é aquele imorrível que tem direito sobre os morríveis: as mulheres e pessoas LGBTI+. Nesse sentido, a subjetividade masculina é a interiorização de certa autoridade e, portanto, do direito à violência, sobre outros corpos que não se tornam sujeitos sob o olhar do masculino. Na ordem da experiência, a violência das masculinidades é a negatividade tornada concreta, a negação que se materializa como fluxo entre corpos-sujeitos que podem exercê-la em contraposição àqueles corpos que podem morrer, brochar ou serem comidos.

Como nos esclarece Butler (2003), a categoria de gênero binária se esclarece pelo conceito que ela toma emprestado de Nietzsche, a metafísica da substância. Tal conceito nos auxilia a compreender como algumas categorias de ordem histórica, cultural, social e política, ou seja, mais bem compreendidas numa perspectiva junguiana a partir da teoria dos complexos culturais, por exemplo, se tornam objeto de uma leitura de imanência e transcendência, o que nos jogaria numa conceitualização a partir da teoria dos arquétipos. Tal processo ocorre de forma deliberada com a categoria de gênero. Butler (2003, p. 56) afirma que

O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância, isto é, constituinte da identidade que supostamente é.

O que a compreensão da metafísica da substância nos coloca é a necessidade de repetir os atos, ou seja, continuamente performativizar o que supostamente é uma verdade natural, a fim de convencer o público da substância natural daquilo que está sendo performativizado. Assim, para firmar e provar a identidade masculina, será necessário aos homens que repitam os atos que confirmem suas masculinidades. O problema é que, como as masculinidades se estruturam em grande medida por uma negatividade, fica imposto aos homens que recusem aquilo que

são as mulheres, os homossexuais e, no limite, que exerçam a violência para demonstrar seu valor como sujeito. Tal é o sistema heteropatriarcal.

O que pode uma análise frente a um sistema que organiza as coletividades e interioriza no sujeito tais possibilidades de se compreender como humano? Neste ponto, é evidente que o sistema heteropatriarcal, por sua vez, estruturador de um complexo heteropatriarcal, impõe sobre os homens também um grau significativo de violência social e institucional. A desmontagem do sistema heteropatriarcal necessariamente dependerá da elaboração de seus complexos, o que faz de uma análise psicológica uma ferramenta pós-identitária no apoio à desmontagem deste sistema. Como nos mostra Butler (2003), a aparência de substância conferida às identidades, especialmente à identidade masculina, leva o sujeito a uma espécie de beco sem saída: se eu abro mão disso que me convenceram de que sou, nada serei. Neste ponto, é necessário argumentar por uma inversão na potência da negatividade: um efeito interessante que pode ser provocado em análise é o entendimento de que, de fato, nada somos. Repousa sobre a identidade uma espécie de excesso de sentido, uma fonte de significados que nos faz permanecer apegados àquilo que, em verdade, fomenta um sistema de violência e exclusão que, a rigor, não deveria interessar a ninguém.

O fator arquetípico de relevância que se coloca aqui é a própria humanidade, a qual traz consigo a possibilidade de conferirmos aos corpos diversos e normativos um estatuto de sujeito que, gozando de sua liberdade, possa empreender a busca por sua singularidade. Ou seja: o que resta impedida nas dinâmicas opressivas do complexo heteropatriarcal é a própria individuação como foi proposta por Jung. Não há como explorar caminhos únicos que se refiram a si mesmo em um sistema estrangulado por identidades que nos convocam a performatar atos repetitivos que confirmam o que o próprio sistema gostaria que fôssemos, mas, na impossibilidade de tal permanência, nos obriga a repetir-nos até convencer-nos de que somos uma coisa só.

Há, entretanto, uma decorrência do entrecruzamento de privilégios da identidade masculina que se estabelece como desafio para uma jornada pós-identitária. Uma das consequências de a identidade masculina desfrutar de seu caráter de negatividade é que, em certa medida, o homem como sujeito já é levado a sentir que ele pode ser aquilo que é. As identidades minorizadas, isto é, mulheres, pessoas racializadas, pessoas com deficiência e a população LGBTI+, por sua ausência histórica de direitos e oportunidades igualitários, se vê continuamente marcada pela necessidade de afirmar sua identidade como causa de suas opressões. É frente ao apagamento e à cegueira histórica e deliberada de um sistema heteropatriarcal que as identidades dissidentes, que não têm seu estatuto de sujeito garantido, precisam afirmar suas opressões e reiterar os grupos aos quais pertencem. Tal ato não é particularmente uma escolha ou um desejo, mas, melhor dizendo, uma necessidade para não morrer.

O masculino universal, representado pela imagem do homem branco, desfruta do poder de ocultamento de sua própria identidade. Não é necessário ao homem branco reivindicar seu lugar como sujeito, tampouco apontar os prejuízos sociais, políticos e culturais aos quais está submetido por ser organizado social e psicologicamente como um homem branco. Temos, assim, a possibilidade de o homem branco se afirmar como sujeito pleno: a apresentação do homem branco se inicia por seu nome, sua história de vida, a elaboração subjetiva de seu percurso e até mesmo sua ancestralidade, da qual ele tem claro conhecimento. O homem branco sabe quem ele é e de onde ele veio, porque ele *pode* pensar tudo isso. É facultado ao homem branco ver-se como tal, na medida em que é impossível para uma mulher não se compreender mulher, uma pessoa negra se compreender como pessoa negra, e o processo se repete a cada dissidência da norma branca heterossexual em que vivemos. Isto ocorre porque as populações que não desfrutam do poder e *status* do homem branco são vítimas de violência e outras opressões causadas exatamente por pertencerem a estas categorias identitárias.

Nesse sentido, a análise de um analisante homem partirá de uma subjetividade mais claramente estabelecida, trazida por um discurso com certa iluminação de possibilidades e limitações. O homem branco no divã, via de regra, sabe de onde veio e onde quer chegar. O mistério que o atinge se refere às suas paralisações na busca pelo ideal, o furo produzido na imaginação heteropatriarcal que lhe prometeu todos os direitos assegurados. Dito de outro modo, é na fresta produzida por uma pergunta que se oculta a todo momento: não sou eu, então, imbrochável, imorrível e incomível? O Eu que se estrutura nas masculinidades precisará, em análise, sucumbir à negação da negação, rejeitando a performatividade de suas negatividades e renunciando ao poder conferido pelo seu próprio esvaziamento se desejar efetivar a desmontagem de seu mandato de violência. Será apenas associando-se de alguma forma às suas imagens de fracasso que poderia um homem ensinar a construção de alternativas não violentas para si mesmo.

Quando Connell (2016) nos aponta o rasgo nas ilusões masculinas, ela nos esclarece que muitos poucos homens se veem à altura do ideal de sujeito contemplado pelo sistema heteropatriarcal. A partir daí, a autora conclui sobre a existência de muitas masculinidades, sendo a masculinidade hegemônica, plena de poderes, aquela que é menos performativizada e restrita a um grupo especialmente seletivo de homens brancos. O que fazem todos os outros com seus fracassos e suas limitações?

O projeto estético-político de certo segmento da população é a insistência e repetição do “imbrochável”. Essa ilusão faz parte do que Tiburi (2024) nomeou como PRCC: o patrirracialcapitalismo. A referência satírica que nos remete tanto a um partido político como a uma máfia narcocriminosa não é acidental. Essa amálgama de privilégios que estrutura um sistema e é reivindicada sem qualquer constrangimento por alguns homens se insere no projeto de manutenção de uma masculinidade hegemônica que legisla sobre todos os corpos a partir de um recurso de

convencimento: o ridículo político (TIBURI, 2020), a criação e disseminação de imagens no interior de um certo discurso, imagens que cooptam afetos presos ao que nomeio aqui como complexo heteropatriarcal.

É nesta brecha de atuação que a psicologia analítica tem oportunidade de desempenhar um papel fundamental. Poucos foram os autores do século XX que se dedicaram a uma análise das imagens do ponto de vista psicológico como C. G. Jung. Desde muito tempo, a psicologia analítica advoga por uma exploração das imagens que faça emergir tanto o caráter simbólico-cultural que precisa ser desmontado, por um lado, mas, por outro, a partir da teoria arquetípica, falamos que há nas imagens algo a mais. Estamos, faz tanto tempo, norteando-nos pela intuição junguiana de que há algo nas imagens que não se deixa ver a princípio, como admitiu mesmo Lacan. Jung (2002, OC, vol. IX) trouxe ao nosso conhecimento que as imagens que podemos escutar do inconsciente trazem formas potenciais que sobrevivem ao tempo, um certo princípio estético que dá ordem à nossa humanidade. Essa forma estética elementar, o arquétipo, em nada parece se relacionar com todas as condicionantes culturais que direcionam um certo projeto de poder. Desse modo, torna-se problemático afirmar que gênero é arquetípico, uma vez que o gênero é uma categoria de sustentação de um projeto de sociedade colonial e heteropatriarcal. Se a sexualidade e a performatividade podem ser vistas como fenômeno arquetípico, o gênero é uma derivada dessas condições que se configura a partir de certas localidades (a Europa, especialmente), em determinado momento histórico (a emergência da figura ancestral do *pater familias*, como visto em Pessoa [2021]), que sustentam uma ordem social que vem se sofisticando e se mostrando especialmente aterradora aos corpos de mulheres e pessoas LGBTI+.

As identidades masculinas residem em nosso mundo como uma espécie de corpo animado pelo complexo heteropatriarcal em sua negatividade, reforçadas por um projeto estético-político que dissemina imagens de forma intencional a fim de cooptar as pessoas por meio dos afetos que tais imagens despertam e movem em nós. São os nossos sentimentos e emoções mais profundos que estão em jogo, na medida em que somos cooptados pela manipulação de nossos traumas e do nosso sofrimento cotidiano. Como afirmou Safatle (2016), o afeto que se mobiliza mais frequentemente em nossa época é o medo, o qual nos paralisa em identidades pautadas pelo mal-estar e pelo sofrimento. Assim, podemos dizer que não há apenas um medo do feminino, como já foi muito explorado pela psicologia analítica. Também há o medo do masculino, muito menos metafórico, já que é pelas mãos do masculino que somos dominados, violentados, agredidos e mortos.

A psicologia analítica compreende, entretanto, que o jogo dos afetos mobilizados por um complexo, apesar de seu enorme potencial de geração de sofrimento e sintoma, também aponta caminhos para a elaboração e alternativas de saída. A imagem é uma forma potencialmente ilimitada em sua capacidade de nos prover *insights*

e, portanto, gerar transformações que nos movimentem para fora do próprio complexo. É necessária uma contínua escuta da imagem, uma persistência silenciosa do analista na identificação das frestas e furos que podem nos permitir exercer um certo tanto de agência que nos resta. Ali habita a possibilidade de certa liberdade de ação, de um retorno ao ato. Precisaremos, para isso, superar o nosso próprio medo e terror diante das ameaças do “imorrível”, porque embora Cronos não tenha sido morto, ele pôde ser isolado e exilado, conforme nos ensina uma outra imagem.

Será necessária também a superação da imagem como aquela portadora de uma verdade transcendental, isto é, a compreensão algo religiosa de que as imagens do inconsciente contêm soluções prontas que foram enviadas por alguma autoridade superior. Os afetos se repetem e se reproduzem a partir de um processo histórico que, se bem observado, nos conta como nos ordenamos e como o complexo alcançou a robustez com a qual podemos enxergá-lo em nossos dias. Precisamos dar atenção à história, à filosofia e à arte, que nos contam de outros projetos estético-políticos mais inclusivos, libertadores e emancipatórios. Uma era de pós-identidade não poderá se furtar do diálogo com estes campos, tampouco poderá a psicologia analítica se esquivar do estudo de suas áreas-irmãs. Não se pode apenas ficar com a imagem, é preciso entendê-la em um contexto amplo que possa melhor nos informar a respeito do que diz este inconsciente que temos dificuldade em escutar.

As identidades masculinas, como todas as outras, são mais uma performatividade desajustada neste sistema PRCC que sustentamos de forma desavorada e que mantemos como se fosse nossa única alternativa. Precisamos notar, contudo, que é na sua constituição pela violência que as identidades masculinas se inserem no sistema como detentora primeira de privilégios e possibilidades que têm nos levado a uma crítica agudização do próprio sistema que ameaça a todo momento entrar em colapso. A revisão da posição masculina e sua permeabilidade à crítica é urgente. Tal transformação só poderá ocorrer no deslocamento da negatividade pela qual o masculino se estrutura; em vez da negação determinada em relação às sexualidades dissidentes, é preciso negar o privilégio por meio de negações simples: o homem não é rei, o homem não é elite, tampouco o homem é fálico. Como poderíamos conceber um homem que não desfruta da potência e sedução do falo?

É pelo caminho da estética, mais precisamente de uma estético-política, que podemos imaginar outros mundos possíveis e incentivar novas maneiras de intuir e imaginar. Cabe lembrar, por fim, que a imaginação é uma faculdade sempre fomentada por um certo Carl Jung, que buscou na expressividade de si por meio de suas imagens, e no incentivo a que outros produzissem as suas, recursos analíticos que subsistem até os nossos dias e a muitos ajudam em seus processos de elaboração de seus complexos. Para aqueles que se dedicam à psicologia analítica hoje, resta a tarefa de abirmos mão de mitologias de outrora, identificarmos os afetos que subsistem e,

a partir de suas tintas, produzirmos novas imagens que melhor nos apresentem os mundos que desejamos.

REFERÊNCIAS

- Butler, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- Connell, R. **Masculinities**. San Diego: University of California Press, 2005.
- CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.
- Eribon, D. **Reflexões sobre a questão gay**. São Paulo: Campo Matêmico, 2008.
- Freitas, H. **Bolsonaro dá medalha de 'imorrível, imbrochável e incomível' a Milei**. Rio de Janeiro: O Globo, 2024. Acesso em: 10 jul. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/07/07/bolsonaro-da-medalha-de-imorrivel-imbrochavel-e-incomivel-a-milei.ghtml>
- Jung, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. OC, vol. IX. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Jung, C. G. **O espírito na arte e na ciência**. OC, vol. XV. Petrópolis: Vozes, 2013.
- Kimmel, M. Masculinidade como homofobia: medo, vergonha e silêncio na construção da identidade de gênero. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Natal, v. 3, n. 4, p. 97-124, 2016.
- Lacan, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Lemebel, P. **Poco hombre: escritos de uma bicha terceiro-mundista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- Pessoa, G. O complexo heteropatriarcal: uma contribuição para o estudo da sexualidade na psicologia analítica a partir da teoria social. **Revista Junguiana**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 89-102, 2021.
- Preciado, P. B. **Um apartamento em Urano: crônicas de uma travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- RANCIÈRE, J. **O inconsciente estético**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- RUBIN, G. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.
- Safatle, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Autêntica, 2016.
- SEGATO, R. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- Tiburi, M. **Mundo em disputa**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2024.
- Tiburi, M. Ridículo político: análise de uma mutação estético-política. **Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 28, p. 97-129, 2020.

Psicólogo clínico, membro analista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (SBPA), mestre em psicologia do desenvolvimento (USP), membro do Ambulatório Generidades (USP).

Contato: gustavompessoa@gmail.com